



Vozes da diáspora cabo-verdiana

Voices of the Cape Verdean Diaspora

Pollyana dos Santos Silva Costa¹

Resumo: Esse artigo examina a representação que o escritor Germano Almeida faz do emigrante cabo-verdiano, conferindo-lhe lugar de fala dentro de sua obra. Levando-se em consideração que a migração sempre foi e é presente no cotidiano desse arquipélago, haja vista que o próprio povo cabo-verdiano é resultado do deslocamento de etnias oriundas da costa oeste do continente africano.

Palavras-chave: Diáspora; Cabo Verde; Germano Almeida; Migração.

Abstract: This article examines the representation that writer Germano Almeida produces of Cape Verdean emigrants, giving them a place of speech in his work. We take into consideration that migration has always been present in the daily life of this archipelago, as Cape Verdean people are themselves a result of the movement of ethnicities from the west coast of the African continent.

Keywords: Diaspora; Cape Verde; Germano Almeida; Migration.

*Ora di bai, Ora di dor[...]
Si bem é doce, Bai é maguado
Mas, si ka bado, ka ta birado*

*(Hora de ir, Hora de dor
Se vir é doce, Partir é doloroso
Mas, se eu não for, não regressarei)*

“Morna de Despedida”, Eugénio Tavares

¹ Professora classe A da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia (estágio pós-doutoral).

1 – Diáspora

Estimativas dão conta de que mais da metade da população viva atualmente no exterior, o que leva a considerar a emigração cabo-verdiana como uma evidente situação de diáspora. Em contrapartida, o número de estrangeiros residindo no arquipélago aumentou cerca de 20% nos últimos anos². O fenômeno da migração sempre foi uma realidade bastante presente nesse conjunto de ilhas localizado entre os continentes europeu, africano e americano que, à época colonial, funcionou como um importante entreposto comercial. Além disso, o próprio homem cabo-verdiano é resultado do deslocamento forçado de grupos oriundos da costa oeste africana que eram feitos escravos nas ilhas e, em número menor, de aventureiros europeus (principalmente portugueses) que vinham tentar a sorte no arquipélago. Atualmente, fatores socioeconômicos agravados pelas condições físicas do local (seca, fome, desemprego) são os que mais influenciam a saída da população em busca de melhores condições de vida.

O século XX foi o período das grandes fases migratórias cabo-verdianas, que podem ser divididas em três estágios: o primeiro, que vai de 1900 a 1920, caracterizado pela ida de trabalhadores para os Estados Unidos a bordo das embarcações baleeiras; o segundo, compreendido entre 1921 e 1945, quando os cabo-verdianos passaram a procurar outros países da América do Sul como o Brasil e a Argentina e o período seguinte, de 1956 a 1975, quando os emigrantes dirigiam-se principalmente para Portugal, às vezes apenas como escala intermediária para alcançar outros países da Europa³. Contudo, muitos deles acabaram permanecendo na antiga Metrópole, o que pode ser evidenciado pelo fato de os emigrantes cabo-verdianos se constituírem na maior colônia de estrangeiros em Portugal. É importante lembrar que, mesmo depois da independência, a emigração continuou a crescer, posto que os nacionais buscavam fora do país os meios que lhes faltavam para sobreviver no arquipélago.

A emigração revela-se como um dos mais importantes instrumentos de mobilidade vertical dos cabo-verdianos. Contudo, para além de questões socioeconômicas, os deslocamentos, seja dentro do próprio território ou fora dele, configuram-se em uma das características marcantes da

2 Segundo dados da Organização Internacional para as Migrações, nas ilhas residem pouco mais de 500 mil cabo-verdianos enquanto cerca de 800 mil vivem no exterior. A mesma pesquisa estima que até o ano de 2010 o país contaria com um número superior a 12 mil habitantes estrangeiros em seu território. Para maiores informações, ver: CARVALHO, Francisco Avelino (org.). **Migração em Cabo Verde: perfil nacional 2009**. Genebra: Edição OIM, 2010.

3 LOPES FILHO, João. **Imigrantes em terra de emigrantes**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2007.

forma de vida da população. Nesse sentido, o movimento, no imaginário dessa cultura, faz parte do destino cabo-verdiano e é uma ação estimada pela sociedade. Foi o que constatou o estudioso João Vasconcelos que, após sua pesquisa antropológica na Ilha de São Vicente, observou o duplo valor atribuído à mobilidade pela população ilhéu. Característica evidenciada pelo seu caráter quase obrigatório, bem como pelo que se entende ser sua função estruturadora da sociedade, principalmente nos dois últimos séculos. O pesquisador explica que a forma mais apreciada de deslocamento nas ilhas é a emigração para a Europa ou para os Estados Unidos, pois essa é a que possui

peso nas economias domésticas e na reprodução social do Arquipélago, incluindo a transformação social. Além deste valor instrumental que possui, e estreitamente ligado a ele, a emigração é localmente investida de um valor positivo. Os habitantes adultos de São Vicente que nunca tiveram ocasião de viajar para expandir horizontes, lamentam-no, por regra (VASCONCELOS, 2012, p. 57).

Tanto os que partem quanto os que permanecem em Cabo Verde compartilham a ideia de que a mobilidade seja a sina dos cabo-verdianos. Seguindo a mesma linha de pensamento, acredita-se que o movimento se constitua na categoria fundamental para pensar essa sociedade. No entanto, tal mobilidade pode ser definida por um conjunto de fluxos que não se restringe à emigração, embora esse tipo de deslocamento possua um *status* diferenciado, uma vez que concorre para a construção da imagem do indivíduo como alguém interessante e experiente. Depreende-se daí que o movimento, para a população do arquipélago, funcione como um símbolo de conhecimento e sabedoria, estabelecendo-se como um valor moral (LOBO, 2012, p. 80).

Portanto, é compreensível a ocorrência de inúmeros registros na literatura cabo-verdiana dessa característica do povo ilhéu, que parece viver no dilema entre o “desespero de querer partir e ter que ficar”⁴ e a angústia de querer ficar e ter que partir. Esse é também um tema recorrente na obra de Germano Almeida que, em sua representação, compreende a influência exercida pelos deslocamentos na sociedade cabo-verdiana. Nesse sentido, o texto *Dona Pura e os camaradas de Abril* aponta para um grupo de estudantes cabo-verdianos que emigraram para a Metrópole portuguesa com o objetivo de concluir os estudos, fenômeno bastante comum nas antigas colônias. Contudo, os personagens se depararam com os acontecimentos de 25 de abril de 1974⁵, que culminaram na independência dos territórios africanos sob o domínio de Portugal. Diante de tal

4 *Poema do Mar*, de Jorge Barbosa. Extraído de: Barbosa, Rogério Andrade. **No ritmo dos tantãs: antologia poética dos países africanos de língua portuguesa**. Brasília: Theasaurus, 1991.

5 Revolução dos Cravos, como ficou conhecido o movimento militar que depôs a ditadura salazarista culminando no estabelecimento da democracia em Portugal. Recebeu esse nome devido ao fato da população ter saído às ruas distribuindo cravos aos soldados em comemoração ao fim do regime ditatorial.

situação, os cabo-verdianos, que também possuíam a nacionalidade portuguesa, precisaram escolher entre permanecer na Metrópole para continuarem gozando dos benefícios que a cidadania europeia lhes trazia ou voltar para o território africano a fim de contribuir para a formação da nova nação. Assim, o protagonista da trama, Natal, decide retornar para a terra de seu nascimento onde passa a fazer parte dos quadros administrativos do país e, conseqüentemente, da elite local.

Em contrapartida, no romance *Eva*, o escritor apresenta um grupo de africanos que, diante da independência de seu país, decidiram imigrar para a Metrópole, por não concordarem com o movimento de emancipação e também por não desejarem perder a nacionalidade portuguesa. Nesse contexto, deparamo-nos com o personagem Luís Henriques, um cabo-verdiano que se recusava a regressar para o arquipélago, mesmo já tendo passado quase 30 anos da independência. Nessa obra, Germano Almeida dá voz a uma parcela da população que foi calada durante os movimentos pela libertação nacional: aqueles que eram contrários à independência da colônia africana.

Ante uma classe de indivíduos que se considerava mais portuguesa que africana, compreende-se a reação contrária de alguns quando se viram diante de uma nova configuração que demandava a identificação dos cabo-verdianos com uma matriz que não fosse europeia. Se junta a isso o fato de que, poucos anos antes da independência, o governo português sinalizava a possibilidade de integrar Cabo Verde ao seu território, mas dando-lhe autonomia, como já tinha ocorrido em Açores e Madeira, o que levou parte da intelectualidade a esperar uma maior aproximação do arquipélago com a Europa. O número de pessoas que discordaram da necessidade de emancipação foi maior entre aqueles que tinham terminado seus estudos em Lisboa e que, na ocasião, viviam em Cabo Verde. A maioria dos quais retornou para a antiga Metrópole ou, aproveitando-se de sua cidadania portuguesa, emigrou para países como Estados Unidos, África do Sul, Brasil, Holanda etc. Ademais, grande parte da elite cabo-verdiana que estava a serviço da administração colonial teve que procurar refúgio em Portugal, após a independência⁶. Sobre esse aspecto, observa-se que “o fim do colonialismo português e a subida ao poder de uma nova elite de cabo-verdianos que tinha estado envolvida na luta armada acirrou as divisões identitárias que vinham sendo fabricadas durante os 500 anos de colonização” (BATALHA, 2004, pp. 192-193).

No romance *Eva*, o narrador é um jornalista cabo-verdiano encarregado de entrevistar alguns dos retornados. A princípio, ele nutre uma antipatia por integrantes desse grupo, considerando-os presos ao passado e incapazes de se adaptarem à nova realidade e dela tirar proveito. Mas, depois de

⁶ “Estima-se que, durante o processo de descolonização, 1975, entre 500.000 e 700.000 colonos portugueses procuraram refúgio na metrópole. Foi criado um instituto para apoiar-los (IARN- Instituto de Apoio aos Retornados Nacionais)” (BATALHA, *op. cit.*, p. 200).

conhecê-los pessoalmente, ressentir-se da hostilidade com que as pessoas que não apoiavam a independência foram tratadas e de como foram praticamente obrigadas a exilarem-se. Entretanto, o escritor também aponta para outra questão no que se refere aos imigrantes cabo-verdianos em Portugal: a exclusão social com que se deparam nas terras lusitanas.

2 - Em terra estranha

A conversa que Reinaldo, o narrador do romance *Eva*, trava com Luís Henriques leva-o a fazer uma longa reflexão sobre a situação em que vivem os conterrâneos na antiga Metrópole. Essa circunstância o deixou perturbado, tendo em vista que se deparou com uma realidade antes desconhecida. Reinaldo pondera, por exemplo, que poderia ser considerada a existência de pelo menos três classes distintas de imigrantes cabo-verdianos em Portugal: o primeiro grupo seria formado por aqueles que deixaram o arquipélago, à época da independência, por se sentirem mais portugueses do que cabo-verdianos; o segundo, pelos que, com medo da possível instalação do comunismo na recém-criada nação, decidiram se exilar; finalmente, o terceiro grupo de pessoas que, quando crianças, precisaram acompanhar os pais na diáspora. Reinaldo assevera que esse último seria formado por indivíduos que

ainda sonham com o Cabo Verde de sua infância porque continuam a sentir-se de todo estranhos nessa sociedade que lhes foi imposta [...] falo da pequena burguesia administrativa que veio, ficou na Metrópole, cujos filhos estudaram, trabalharam e estão por cá, porém para sempre desenraizados porque deixaram de ser cabo-verdianos sem, porém, nunca terem chegado a ser portugueses, quanto mais europeus (ALMEIDA, 2006, pp. 98-99).

O texto conduz à análise do conflito de identidade que parece acometer os imigrantes cabo-verdianos residentes em Portugal. Em geral, esse é um dilema comum entre pessoas que abandonam sua terra natal, pois o estrangeiro assume uma posição desconfortável tanto com relação ao seu país de origem, que não pode contar com sua força de trabalho, quanto com relação ao lugar de destino, que dispõe de sua mão-de-obra barata para realizar tarefas que, na maioria das vezes, os cidadãos locais se recusam a desempenhar sem, contudo, oferecer-lhe as condições dignas de vida e os mesmos direitos garantidos aos nacionais. Para o indivíduo que emigra, apesar de tudo, sua permanência no exterior está, em alguns casos, relacionada com a possibilidade de ganhar dinheiro o mais rápido possível, não importando de que forma aconteça. Desta maneira, o emigrante se vê transformado

num anônimo, sem identificação e sem passado dentro da sociedade de consumo, quase marginal, uma espécie de isolado no país de acolhimento à procura de promoção fora da sua pátria. Originários de um país com condições socioeconômicas inferiores às daqueles que os hospedam, regra geral, os emigrantes cabo-verdianos estão, pelas razões expostas, sujeitos à exploração, às injustiças sociais e a discriminações, apesar de fornecerem ao sistema que os emprega elevadas taxas de mais-valia (LOPES FILHO, 2007, p. 43).

Tal situação é agravada pelo fato de que, quando retornam para sua terra natal, por vezes, esses indivíduos não conseguem inserir-se novamente na sociedade, seja por causa das mudanças pelas quais seu país passou, seja pela vergonha de não terem alcançado o almejado sucesso financeiro no exterior. Consequentemente, parecem continuar sentindo-se como se fossem estrangeiros mesmo depois de regressar à pátria. Nessa perspectiva, a narrativa de Germano Almeida é elucidativa ao apresentar o personagem André do romance *Os dois irmãos*. Trata-se de um indivíduo nascido no interior da Ilha de Santiago que trabalha em Portugal e, ao voltar para sua aldeia, passa por um choque cultural, tendo em vista que não consegue perceber, de imediato, a atitude que sua antiga comunidade esperava que ele tivesse diante da suposta traição de sua esposa com o próprio irmão. Para o personagem, a situação seria resolvida com o simples pedido de divórcio, o que também era de seu interesse, já que mantinha um relacionamento extraconjugal na Europa. Para a comunidade, no entanto, tal afronta deveria ser punida com a morte daquele que era considerado o traidor da família e, consequentemente, de toda aquela coletividade. Como não tomasse a atitude esperada, André passou a ser ignorado pelos vizinhos e pelos próprios parentes, o que o levou à reflexão de que “a sua aldeia já não era a sua casa, que a casa de seus pais já não era sua” (ALMEIDA, 2000, p. 113). Nesse momento, o protagonista percebe que aquele lugar não lhe parecia com o que ele havia deixado para trás porque ele também já não era mais a mesma pessoa que tinha saído da pequena aldeia em Santiago de Cabo Verde. O texto mostra que a consciência da rejeição por parte do antigo grupo, a princípio, não acarretou em uma sensação dolorosa para André, antes, pelo contrário,

porque [André] disse que, no primeiro e segundo dia, foi de certa forma aliviado que constatou que já não pertencia ao povoado, que estava já distante e livre daquele mundo fechado por aquelas rochas agressivas e valores imutáveis. Olhava para si mesmo e até para suas próprias roupas e sentia-se ali a mais, um estranho naquela aldeia perdida porque diferente dos demais até na forma como andava entre as pedras com os seus sapatos de passeio. Mas ao mesmo tempo uma imensa lassidão o impedia de voltar a partir, embora soubesse que era o que tinha que fazer porque estava livre da sua aldeia e da sua pequenez, sentia que já não pertencia àquele mundo (ALMEIDA, 2000, p. 114).

Nesse caso, houve um estranhamento entre André e sua antiga comunidade, tendo em vista que eles não possuíam mais as mesmas referências e visão de mundo, o que fazia com que fossem ininteligíveis as atitudes do homem para o grupo e vice-versa. Em outras palavras, o protagonista e o meio social não compartilhavam mais de igual memória, não se reconheciam enquanto membros do mesmo grupo. A falta de reconhecimento entre ambos é elucidada tendo em vista que um dos fatores legitimadores do pertencimento de um indivíduo a determinado agrupamento e a seu território é a memória compartilhada por seus membros (GURAN, 2012, p. 130).

Semelhante reflexão nos conduz às pesquisas sobre a influência dos vínculos entre os grupos humanos no estudo pioneiro de Maurice Halbwachs, investigador dos quadros sociais da memória. Para o sociólogo, a lembrança, apesar de íntima e individual, é sempre evocada pela coletividade na qual vivemos. Em sua análise, Halbwachs afirma ser imprescindível a ajuda do meio social para o ato de rememoração empreendido por um sujeito. Portanto, o grupo é fundamental nesse processo e, ainda que as lembranças ocorram em um momento no qual o indivíduo se encontre fisicamente sozinho, segundo o autor, “em realidade, nunca estamos... temos sempre conosco e em nós uma quantidade de pessoas que não se confundem” (1990, p. 26). Significa que a presença física de uma testemunha não é necessária para que a rememoração aconteça, haja vista que ela se encontra sempre presente na memória daquele que lembra. Dessa maneira, todo sujeito é influenciado pelo meio em que vive, ainda que tais influências, muitas vezes, passem despercebidas por ele. É importante esclarecer porque, se por um lado, há eventos que figuram nas memórias de um indivíduo mesmo que ele não os tenha testemunhado, por outro lado, existem fatos dos quais o sujeito participou, mas não se inscrevem em sua memória. Isso ocorre porque, para que uma lembrança permaneça conservada no espírito de uma pessoa, é necessário que o acontecimento que deu origem a essa reminiscência tenha sido capaz de deixar marcas em sua alma⁷. Ademais, ela precisa estar vinculada a uma coletividade com a qual o indivíduo se identifique, já que ele recorre ao meio social do qual faz parte para se lembrar de algo. Contudo, as recordações que lhe sobrevêm são sempre particulares, o que corrobora o pensamento de Halbwachs, para quem “cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva”. O estudioso prossegue afirmando que essa perspectiva pode mudar de acordo com o lugar ocupado e com as relações que se mantêm dentro da coletividade (1990, p. 26).

Acontece que, no decorrer de sua vida, o indivíduo também entra em contato com diversas comunidades de ideias e valores, podendo participar de mais de um delas em determinados

7 Platão utiliza-se da metáfora do bloco de cera para falar dos vestígios da memória, para ele, há sensações que deixam marcas na alma de um indivíduo e que, por isso, permanecem em suas lembranças. Cf. PLATÃO. **Diálogos: Teeteto. Crátilo**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Ed. UFPA: Belém, 2001.

momentos. Assim, as memórias desses vários agrupamentos tendem a se entrecruzar nas lembranças do sujeito e, caso elas se oponham, o indivíduo opta por uma dessas rememorações, que passa a sobrepor-se às demais. O esquecimento de determinadas vivências se explicaria, então, a partir do desapego ao veículo social, tendo em vista que “esquecer um período da vida é perder o contato com aqueles que então nos rodeavam”. Foi precisamente o que aconteceu com André que, em sua estadia em Portugal, teve contato com outras formas de viver e adquiriu uma experiência que reprimiu aquela compartilhada na convivência com o antigo grupo. Tal aspecto atesta que a existência da memória individual se dá a partir da experiência pessoal de pertença a um meio, portanto, coexiste com a memória coletiva, sem proceder dela (HALBWACHS, pp. 28-32).

Como bem observado, a influência exercida pela coletividade na formação da memória individual é notória. No entanto, o sujeito não permanece passivo enquanto recebe tais influências, antes, é necessária de sua parte uma iniciativa, ou seja, que ele receba conscientemente as sugestões da memória do grupo por meio do ato de recordação. É a consciência do indivíduo que o situa em um determinado grupo. Isso reforça a ideia de que a lembrança é individual, ou seja, pertence a quem lembra. Da mesma forma, lembrar-se de algo pressupõe uma ação por parte de um sujeito ativo que toma a iniciativa da recordação. Cada memória individual se constitui em um ponto de vista da memória coletiva que, assim, se revela em sua pluralidade. Esse aspecto, no entanto, não deve nos levar a crer que a memória coletiva seja a simples soma das memórias individuais. Os aspectos individual e coletivo da memória são condições que se entrecruzam em sua construção: são indivíduos que se lembram, mas enquanto integrantes de determinado grupo (RICOEUR, 2007, p. 134, nota 32).

Assim como ocorre com a rememoração, a busca pela identidade possibilita a migração dos indivíduos para diferentes grupos, de acordo com as necessidades que lhe são impostas⁸. Não obstante, o retorno ao grupo outrora abandonado ainda é possível, desde que o sujeito e as testemunhas sejam capazes de identificarem-se uns com os outros. Esse regresso, porém, pode ser impedido pelo distanciamento entre o indivíduo e os integrantes do antigo veículo social. Por vezes, a distância que separa o sujeito de seu antigo grupo é tão grande que o encontro com membros dele causa estranhamento a ponto de impedir a reconstrução de vínculos. Entretanto, no caso do personagem André, apesar de ter havido estranhamento com sua antiga comunidade em um primeiro momento, ele declarou que “após o sexto dia começaria a sentir-se de novo aprisionado pela aldeia” (p. 114) e, ainda, que “passados mais alguns dias em estreito contato com a sua aldeia e seu povo, [André] voltou a reassumir a plenitude da sua cultura” (p. 205). Ou seja, por meio da

8 BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 17.

convivência com a coletividade, o protagonista conseguiu retomar a identificação e reconhecer-se novamente como integrante dela, o que culminou em sua decisão de assassinar o irmão. De fato, André escolheu conscientemente cumprir o anseio de sua comunidade. O texto demonstra que o homem tomou essa atitude mais por um profundo desejo de se sentir novamente inserido no grupo do que por sede de vingança contra o parente. O que se evidencia na cena do romance na qual André é confortado pela presença dos familiares, alegrando-se, ao perceber que o olhar do pai para si já não é mais de desprezo, antes, demonstra aprovação pela atitude do filho. Da mesma forma, os que estavam na audiência testemunharam o

orgulho com que de novo o velho olhava para o seu filho e mesmo já antes do início do julgamento tinha sido visto a passar-lhe um carinhoso braço pelos ombros, sorrindo feliz [...] [André] Permaneceu longo tempo abraçado à mulher e rodeado pelo pai, tio Doménico e pelo José Furtado e conversaram sorridentes [...] Vendo-os assim, a ninguém teria ocorrido estar André a ser julgado por fratricídio voluntário punido com prisão de 16 a 20 anos, porque era mais como se ele tivesse regressado ao lar depois de uma longa ausência (ALMEIDA, 2000, p. 213).

Esse episódio abre espaço para a reflexão acerca do quão importante é para o indivíduo sentir-se pertencente a um grupo. De fato, o que torna o pertencimento tão poderoso é sua função integradora e, por consequência, excludente. Os indivíduos que não se enquadram dentro dos padrões e valores exigidos por determinada coletividade são expulsos dela. Nesse sentido, André sabia que para ser aceito novamente por seu grupo primário, incluindo a própria família, teria que agir de acordo com o que esperavam dele. Portanto, apesar de nunca ter tido a intenção de matar o irmão, André fez o que a comunidade demandava dele desde seu retorno para Santiago. Uma vez pertencendo novamente a sua antiga comunidade, é como se ao protagonista não restasse alternativa a não ser realizar o que lhe era exigido por aquela cultura. O personagem confessa ter se sentido consolado pelo olhar de aprovação do pai no momento em que sua sentença era lida. O que indica que seu desejo em se sentir novamente pertencente ao veículo social era tão forte que compensava a pena que sofreria pelo crime.

Para além das questões enfrentadas por emigrantes que retornam à terra natal, o escritor Germano Almeida também aborda a situação de imigrantes cabo-verdianos da segunda e da terceira geração residentes em Portugal. Em *Dona Pura e os camaradas de Abril*, apresenta-se Susana, filha de um italiano e uma cabo-verdiana, definida pelo narrador como alguém que “tinha nascido em Lisboa, assumia-se e comportava-se como portuguesa, mas era evidente que tinha problemas de identificação”. A personagem, apesar de ter nacionalidade portuguesa, não se sentia totalmente pertencente a essa sociedade por não ser acolhida no país europeu como tal. Ademais, Susana ainda

não havia conseguido descobrir o papel que Cabo Verde representava em sua vida, mas, enquanto filha de cabo-verdiana, sabia que tinha nascido em Portugal apenas por acaso. Dessa forma, decide ir para a terra de sua mãe a fim de buscar uma possível identificação com o local. É importante salientar que a sensação que o filho do imigrante tem de ser um estrangeiro na terra da diáspora dos pais, ainda que tenha nascido aí, advém, entre outros fatores, de suas diferenças socioculturais com relação à cultura receptora. Susana, por exemplo, sendo questionada pela mãe sobre sua real necessidade de conhecer Cabo Verde, justifica-se dizendo que seu anseio sobrevinha do fato de ouvir falar das ilhas desde pequena, enquanto se deliciava com “a cachupa⁹, o feijão-pedra e o cabrito com xerém”, referindo-se às comidas tradicionais do arquipélago feitas pela mãe. Certamente, a convivência com os costumes maternos e com a comunidade cabo-verdiana residente em Portugal acrescida da falta do sentimento de pertencimento à população portuguesa deixaram marcas na personagem que influenciaram diretamente na formação de sua identidade (ALMEIDA, 1999, pp. 169-170).

Em pesquisas realizadas entre as minorias étnicas na Grã-Bretanha, Stuart Hall verificou que a identificação associativa com as culturas de origem desses grupos tende a permanecer forte até duas ou três gerações seguintes, embora, nesse caso, os locais de procedência não sejam a única fonte de identificação desses sujeitos¹⁰. Para o autor, as identidades na diáspora não podem se caracterizar por uma continuidade com o passado do indivíduo, mas por rupturas, situações hostis e abruptas que o levaram à situação diaspórica. Devem-se distinguir ainda duas categorias de filhos de imigrantes na diáspora cabo-verdiana: o dos que, nascidos no arquipélago, foram levados ainda muito pequenos para Portugal e o daqueles já nascidos no país europeu. A primeira é formada por imigrantes da segunda geração, enquanto a outra, por indivíduos de nacionalidade portuguesa que continuam a ter as raízes culturais de origem cabo-verdiana e convivem com a dúvida de serem ou não imigrantes. Embora as pessoas que já nasceram no país europeu não tenham vivenciado a situação imigratória, elas não conseguem se sentir totalmente inseridas na sociedade em que vivem, devido à exclusão social da qual são vítimas. Assim, é possível que não assumam completamente nenhuma das duas nacionalidades, mas tentem conciliar, na medida do possível, características de uma e de outra. O que não significa que suas identidades sejam necessariamente formadas pela mescla de costumes cabo-verdianos com portugueses. Nesse aspecto, Lopes Filho elucida que esses indivíduos

9 Prato típico da gastronomia cabo-verdiana, preparado com feijão, milho, legumes e banana. Há a cachupa rica, em que se acrescenta variados tipos de carne, e a cachupa pobre, feita geralmente com peixe ou somente com os grãos e legumes.

10 HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, p. 26.

não são detentores de uma identidade que consiga manifestar essa mistura (étnica e cultural) das duas culturas, mas, sim, de uma identidade que apresenta uma certa plasticidade na diluição dos contornos das fronteiras. Por um lado, são influenciados pela cultura de origem dos pais e, por outro lado, participam ativamente noutros contextos culturais (*op. cit.*, p. 142).

Estamos, assim, diante de uma situação identitária surgida em conjuntura fronteiriça, a qual Hall chama de multiculturalismo¹¹. Portanto, é possível que mais de duas culturas se apresentem na identidade de pessoas que passam por situação de diáspora, como no caso da personagem de Susana que, sendo filha de imigrantes, foi educada em Portugal e casada com um português e, por isso, na opinião do narrador, “não devia perder tempo com questões de identidade” (ALMEIDA, 1999, p. 171).

De fato, a coexistência de diversos grupos étnicos em uma mesma sociedade gera uma dinâmica de mútuas trocas que ocorrem por meio da interação entre os indivíduos que os formam, fenômeno que Hall denomina de hibridismo cultural. Contudo, diferentemente do que afirma o narrador do romance de Germano Almeida, para a personagem Susana, a busca pela identificação ainda continua sendo problemática mesmo para esses sujeitos híbridos, pois o termo não diz respeito apenas a um grupo de pessoas que teriam sua identidade plenamente formada nessa conjuntura fronteiriça. Antes, esse processo cultural trata-se de algo “agonístico, uma vez que quase nunca se completa, mas permanece em sua indecidibilidade”¹². Com efeito, a procura pela identidade surge com a crise do pertencimento, tendo em vista que somente quando um sujeito perde as âncoras sociais que o faziam sentir-se integrante de determinado grupo ou lugar, é que “a identificação se torna cada vez mais importante para esses indivíduos que buscam desesperadamente um ‘nós’ a que possam pedir acesso” (BAUMAN, 2005, p. 30). Essa talvez tenha sido a razão que levou Susana a trocar Portugal por Cabo Verde, a fim de tentar compreender-se enquanto indivíduo híbrido. É importante salientar que, com sua ida para o arquipélago, a personagem não estava desejando viver como uma cabo-verdiana nata, adotando todos os costumes e tradições desse povo, mas encontrar um lugar em que pudesse se acomodar. E achou que isso seria mais fácil a partir da cultura de sua mãe. O sentimento dessa personagem reforça a tese de que a identidade figura como algo a ser inventado, e, por esse motivo, sua construção é um processo que permanece para sempre incompleto (BAUMAN, 2003, p. 61).

11 Para Bauman, o uso do termo multiculturalismo pode ser perigoso na medida em que reforça o discurso que pretende transformar desigualdades em diferenças culturais. O autor também critica a ideia de que aos indivíduos multiculturais são colocadas escolhas sobre a que grupo pertencer ou se identificar. Portanto, esclarece que as escolhas sobre a identidade não são livres, nem disponíveis a todos. Cf. BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003, p. 120.

12 *Idem*, p. 71.

Diferentemente de Susana, para quem há uma possibilidade de inserção na cultura de sua mãe por meio de sua ida para Cabo Verde, o personagem do romance *Eva*, Luís Henriques, representa o imigrante que não é capaz de encontrar um lugar a que pertença. Trata-se do verdadeiro estrangeiro no conceito de Kristeva, pois este é aquele que está sempre em outro lugar e não faz parte de ambiente algum¹³. Para o personagem, há a impossibilidade de retorno à terra natal, mesmo sabendo que lá ele viveria em melhores condições do que as que se encontrava na antiga Metrópole. Decisão ininteligível para o jornalista Reinaldo, que não compreendia como o compatriota havia trocado a posição de membro da elite que certamente teria adquirido em Cabo Verde pela vida de quase miséria que levava em Portugal. Reinaldo é tomado pelo espanto quando descobre que os demais cabo-verdianos expatriados¹⁴ com os quais conseguiu conversar encontravam-se em situação semelhante. Era o caso do doutor Rocha, advogado da ilha de São Vicente que abandonou seu país com toda a família, pouco antes da independência, para não mais retornar. Ao deparar-se com um painel que ficava na escrivaninha do advogado, montado com diversos postais da cidade de Mindelo, o entrevistador se surpreendeu com a evidente saudade que o homem sentia de sua terra natal e, mais ainda, com sua insistência em permanecer no exílio. No decorrer da entrevista, contudo, percebeu que aquela cidade amada pelo doutor Rocha jamais poderia ser reencontrada, pois não mais existia. A causa do desespero do estrangeiro não é necessariamente o fato de ele ter deixado um local, mas de ter abandonado uma época de sua vida, posto que “o paraíso perdido é uma miragem do passado que jamais poderá ser reencontrada” (KRISTEVA, *op. cit.*, p. 17).

O indivíduo que, à época colonial, tinha a ilusão de ser um cidadão português, ainda que de segunda categoria, depara-se com outra realidade que exige dele a aceitação de uma identidade diferente. Diante da impossibilidade de acolher a nova conjuntura e não fazendo mais parte da antiga, o personagem Luís Henriques torna-se um sujeito deslocado, a quem nem mesmo os conceitos de hibridismo e multiculturalismo cabem para sua definição. Nas palavras de Bhabha, esse indivíduo, fruto da situação colonial, torna-se alguém “despersonalizado que pode se tornar um objeto incalculável, literalmente difícil de situar” (2010, p. 100).

Esse era o dilema vivido por Luís Henriques, assim descrito como um homem infeliz e abatido porque

13 KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994, p. 18.

14 Para Gabriel Fernandes, o termo diz respeito à “ruptura espacial imaginada, tornando imprevisível e incongruente a ação do sujeito nacional por referência aos antigos esquemas de afiliação, crença e relações societárias”. Nesse sentido, é possível compreender a recusa de alguns cabo-verdianos em viver na nova configuração que surgia com a independência de Cabo Verde. Cf. FERNANDES, Gabriel. **Em busca da nação: notas para a reinterpretação do Cabo Verde crioulo**. Florianópolis: Ed. UFSC, Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2006, p. 268.

não conseguia reconhecer em si próprio nenhuma identidade sobre que se afirmar. Mas mais do que isso, que parecia viver na profunda angústia de estar fora do seu espaço natural, de permanecer em Portugal como mais um simples tolerado por força das vicissitudes das independências, e por isso os seus passos eram comedidos e inconscientemente curtos, devido ao já nele entranhado medo de incomodar qualquer um. Os seus gestos tímidos, mesmo as suas palavras eram acanhadas, como que ditas a medo e sempre à espera da censura de alguém a seu lado a lembrar-lhe que estava ali a ocupar um lugar que não era o seu nem nunca lhe pertenceria (ALMEIDA, 2006, p. 66).

Essa reflexão nos leva a conjecturar sobre a situação do africano (e do imigrante, em geral) que teve de abandonar seu país por não concordar com o governo ali instituído ou por sofrer perseguições políticas ou religiosas, fenômeno bastante comum nessa região depois das lutas pela independência. Deparamo-nos, assim, com mais uma classe de imigrantes: a dos exilados. Presume-se, portanto, que a maneira como se configuram as identidades das diversas categorias de imigrantes divergem entre si. Enquanto o indivíduo que deixou sua terra em busca de melhores oportunidades de sobrevivência tende a manter os laços com as raízes de sua cultura de origem, os filhos de imigrantes (da segunda ou terceira geração) se assumem como parte de dois mundos, dando origem às identidades hifenizadas (afro-americanos, luso-cabo-verdianos). Já os imigrantes que vivem ou sentem viverem sob ameaças não têm a liberdade de escolha de identificação dentre as diversas opções existentes em uma sociedade multicultural, desta forma, na sociedade receptora, são representados como possuidores de “apenas uma identidade; ou seja, ele é apenas um sérvio, um polaco, um judeu, um negro e nada mais” (CRUZ, 2015, p. 236).

É necessário, contudo, assinalar que não existiu interdição à entrada ou proibição de permanência em Cabo Verde de quem se opusesse ao novo regime que se instalou no país após a independência. Sobre esse aspecto, o narrador do romance *Eva* explicita que a dor dos expatriados das ilhas dizia respeito a um sentimento de abandono e exclusão social causado pelo desligamento de Portugal, país do qual eles se viam como cidadãos. Além disso, percebiam-se também apartados dos patrícios que lutaram pela independência de Cabo Verde. Por isso, parecia não haver lugar possível para a permanência desses indivíduos que, ainda assim, preferiram se estabelecer na antiga Metrópole. Para demonstrar essa aporia, Reinaldo faz referência ao romance *Desgraça*¹⁵ e compara a brutalidade que foi o regime do *apartheid* na África do Sul com a hostilidade com que seus compatriotas foram tratados pelos próprios amigos, parentes e vizinhos ao se oporem à independência cabo-verdiana. Aqueles indivíduos se auto exilaram porque se sentiam violentados pelas mudanças na constituição da sociedade em que eles estavam habituados a viver. Esse fator os

15 Escrito por J. M. Coetzee em 1999. Traz o relato da história de David Lurie, um professor sul-africano que vive no contexto do pós-*apartheid*.

interditou permanentemente enquanto cidadãos. Ou seja, a exclusão do debate político que sofreram em seu país os tinha transformado em “pobres párias desenraizados numa terra de natureza hostil [Portugal] e onde já não sabiam se estavam de livre vontade ou apenas pela simples vergonha de regressar a Cabo Verde” (ALMEIDA, 2006, p. 30).

Apesar da versão corrente sobre a independência de Cabo Verde dar conta de que ela ocorreu de maneira pacífica, tendo em vista que não houve luta armada em suas terras, observa-se que a ruptura com a Metrópole e a ascensão do Partido Único que se manteve no poder por mais de dez anos causou um trauma na memória de parcela da população do país, o que Reinaldo pôde evidenciar nas diversas entrevistas que fez. Muitos daqueles indivíduos se queixaram da falta de diálogo que precedeu a independência, que teria sido um movimento idealizado e levado a cabo apenas por uma parte da população.

3- Considerações Finais

Embora Germano Almeida avance no discurso sobre a identidade cabo-verdiana ao apontar para as divergências entre as opiniões acerca da independência do arquipélago, o que culminou em um grande número de expatriados, o escritor deixa de abordar uma questão relevante no que se refere ao emigrante cabo-verdiano: é geralmente fora de sua terra natal que o indivíduo deixa de perceber-se como crioulo para se descobrir africano.

Diversos escritores e intelectuais do arquipélago referem-se ao fato de que somente ao chegarem à Europa sentiram-se africanos¹⁶. Isso ocorre, na maioria das vezes, porque percebem que a imagem que têm de si na sua terra natal não condiz com a representação que o outro (europeu) faz deles. Situação vivida pelo personagem Luís Henriques em Portugal, que, apesar de ter uma boa formação, não consegue um emprego condizente com ela. Aliás, muitos emigrantes se referem ao espanto de perceberem que a tão propagada diferença existente entre os cabo-verdianos e o restante dos povos africanos colonizados por Portugueses parece desaparecer na antiga Metrópole¹⁷ e em

16 Em artigo veiculado pela internet, diversos intelectuais cabo-verdianos discutem sobre a ambiguidade que há entre sua identificação crioula (que parece perdurar somente enquanto encontram-se no arquipélago) e a identidade africana que lhes é atribuída quando estão fora do país, especialmente na Europa. (**Ser africano em Cabo Verde é tabu**, artigo disponível em: www.publico.pt/mundo/noticia/ser-africano-em-cabo-verde-e-um-tabu-1718673. Acesso em: 20 de novembro de 2015).

17 O diplomata reformado e ex-combatente do PAIGC, André Corsino Tolentino, conta que, na sua infância, costumavam andar com um espelho no bolso para observar a tonalidade da pele, segundo ele, “espreitava de vez em quando para verificar se estava a ficar mais branco ou mais negro. Porque era visível e esse critério tinha valor social e valor para as candidaturas ao serviço administrativo nas outras colônias. Lembro que as famílias eram classificadas de acordo com o tom da pele.” De acordo com Tolentino, ele só tomou consciência da questão racial em Portugal, onde ele foi tratado como negro, conforme relata, “quando fui para Portugal estudar, as pessoas viam-

outras regiões para onde emigram. Contudo, Germano Almeida não se refere à problemática que há entre a auto identificação do crioulo e a imagem que ele possui na diáspora.

O dilema de identificação vivido pelo emigrante cabo-verdiano fora dos limites do arquipélago não faz parte do discurso do escritor, tendo em vista que ele defende a identidade crioula como sendo fixa e imutável, inerente à totalidade da população. Em um nível mais profundo, a escrita de Germano Almeida parece corroborar o discurso fundador que projeta a nação de Cabo Verde como um espaço que, se ainda não se encontra em estado homogêneo, caminha para esse fim. Essa visão, segundo Bhabha, só poderia ser explicada a partir da emergência de se criar um projeto nacional que é experimentada por habitantes de regiões colonizadas que lutam pela independência de seu território (2010, p. 204).

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Germano. **Dona Pura e os camaradas de abril**. Lisboa: Editorial Caminho, 1999.

_____. **Eva**. Mindelo: Ilhéu Editora, 2006.

_____. **Os dois irmãos**. Mindelo: Ilhéu Editora, 2000.

BATALHA, Luís. A elite portuguesa-cabo-verdiana: ascensão e queda de um grupo colonial intermediário. In CARVALHO, Clara; CABRAL, João de Pina (orgs.). **A persistência da história em África**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2004.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BARBOSA, Rogério Andrade. **No ritmo dos tantãs: antologia poética dos países africanos de língua portuguesa**. Brasília: Theasaurus, 1991.

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005, p. 17

CARVALHO, Francisco Avelino (org.). **Migração em Cabo Verde: perfil nacional 2009**. Genebra: Edição OIM, 2010.

CRUZ, Irene. **Filosofias da imigração: fronteiras abertas versus fronteiras fechadas**. Praia: Edições UniCV, 2015.

FERNANDES, Gabriel. **Em busca da nação: notas para a reinterpretação do Cabo Verde crioulo**. Florianópolis: Ed. UFSC, Praia: Instituto da Biblioteca.

GURAN, Milton. O refluxo da diáspora africana em perspectiva: Angola, Benim, Togo, Nigéria, Gana, Libéria e Serra Leoa. In DIAS, Juliana; LOBO, Andréia. **África em movimento**. Brasília: ABA Publicações, 2012.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

KRISTEVA, Julia. **Estrangeiros para nós mesmos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOBO, Andréia. **Tão longe, tão perto: famílias e movimentos na Ilha de Boa Vista de Cabo Verde**. Praia: Universidade de Cabo Verde, 2012.

me e diziam: ‘este não é nosso, não pertence ao nosso grupo’. Aí tomei consciência de que, afinal, não pertencia à comunidade branca e portuguesa” (*idem*).

LOPES FILHO, João. **Imigrantes em terra de emigrantes**. Praia: Instituto da Biblioteca Nacional e do Livro, 2007.

PLATÃO. **Diálogos: Teeteto. Crátilo**. Trad. Carlos Alberto Nunes. Ed. UFPA: Belém, 2001.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história e o esquecimento**. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

VASCONCELOS, “Manera, ess muv?”: a mobilidade como valor em São Vicente de Cabo Verde. In DIAS, Juliana; LOBO, Andréia. **África em movimento**. Brasília: ABA Publicações, 2012.